

Resolução do 8º Congresso

8º CONGRESSO



CNA

AGRICULTURA
FAMILIAR
PORTUGUESA

Coimbra, 15 Abril 2018



**SOBERANIA ALIMENTAR
COM A AGRICULTURA FAMILIAR**



RESOLUÇÃO: PROPOSTAS DA CNA

PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA, FLORESTA E DO MUNDO RURAL

ÍNDICE

Introdução	3
1. Preços, Mercados e Escoamento da Produção.....	4
2. Comércio Internacional e Tratados de Livre Comércio	5
3. Política Agrícola Comum (PAC) - Actual e pós 2020	6
4. Floresta	8
a. Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais	9
5. A propriedade e uso da terra dos pequenos e médios proprietários	10
6. Principais Produções.....	11
a. Cereais	11
b. Vinha	11
c. Olival	12
d. Pecuária	13
e. Frutas e Hortícolas.....	13
f. Outras culturas ou subsectores	14
7. Baldios.....	14
8. Valorização da Mulher Agricultora	15
9. Seca.....	15
10. Concretização do Estatuto da Agricultura Familiar	17
11. Política de alianças da CNA e dos agricultores. Perspectiva de luta “Sempre com os Agricultores! “	18
40 Anos de Luta	19



Introdução

O Lema deste 8º CONGRESSO DA CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa é:

*Soberania Alimentar
Com a Agricultura Familiar*

Lema que diz muito da situação actual da nossa agricultura, das políticas que lhe estão destinadas, e dos 40 anos de vida, de muitas lutas travadas pela CNA e pelas suas Filiadas, sempre com os agricultores em defesa da soberania alimentar, pelo desenvolvimento da agricultura familiar.

Para a CNA só haverá soberania alimentar sustentável e duradoura com a agricultura familiar a produzir, e para isso a melhoria do rendimento das explorações familiares é fundamental.

No início da “Carta da Lavoura Portuguesa”, aprovada há 40 Anos no grande Encontro fundador da CNA, logo aí se diz, de forma clara e transparente, e passamos a citar um extracto do I Capítulo, assim:

No final de cada campanha, na colheita, na vindima ou na venda do gado põe-se o problema a cada agricultor de como vai vender o seu produto, por quanto o vai vender e a quem o vai vender.

40 anos depois, para a CNA, esta continua a ser a questão central - preços e escoamento da produção.

Os tempos não têm sido fáceis para a grande maioria dos agricultores, produtores pecuários ou produtores florestais em consequência das crises do mercado (ditadas quase sempre por opções políticas) que arruinam milhares, secas ou outras catástrofes mais ou menos naturais, como a dos incêndios que assolaram o nosso País em 2017, com graves impactos económicos, sociais e ambientais.

A actividade agrícola está, de facto, dependente de muitos factores, mas os pequenos e médios agricultores para além das amarguras do clima, dos solos das pragas e das doenças têm ainda de lutar contra um conjunto de políticas que lhes são hostis. Foi neste contexto que a CNA, no seu 7º Congresso em 2014, avançou com a proposta inovadora da criação de um regime específico para agricultura familiar – o Estatuto da Agricultura Familiar. É necessária uma Lei enquadradora que defenda, valorize e promova este tipo de agricultura, que tem uma importância vital para o desenvolvimento do nosso País. O actual Governo diz que vai a vai concretizar. Urge, assim, fazê-lo, de acordo com os nossos interesses.

Os próximos meses serão também marcados por mais uma reforma da PAC, a política do agronegócio, a política da liberalização dos mercados, a política da intensificação desenfreada da produção, a política do abandono da actividade de milhares de pequenos e médios agricultores, a política de muitos milhões para muito poucos, a



política da desertificação e despovoamento do nosso mundo rural. Esta Política Agrícola Comum já não tem possibilidade de ser reformada, tem sim de ser recriada!

Os pontos que de seguida se elencam e se aprofundam de forma sintética irão nortear o posicionamento e acção da Confederação nos próximos anos.

1. Preços, Mercados e escoamento da Produção

As condições de escoamento dos nossos produtos e de preços à produção continuam a ser parte essencial da nossa actividade e das nossas preocupações, isto a par das condições de trabalho e dos custos de produção.

Há 32 anos, Portugal entrou na então CEE e, a partir daí, os preços mais justos à produção transformaram-se em autênticos “inimigos públicos” do sistema dominante desta PAC e de outros acordos a um ponto tal que chega a ser formalmente proibido procurar garantir, através de políticas públicas, escoamento e melhores preços à produção Nacional.

Nas últimas décadas foi acelerada a instalação de grandes redes de hipermercados que, também rapidamente, se apoderaram de “quota” mais do que dominante no comércio interno e externo de bens alimentares. Hoje, estima-se que, em Portugal, os hipermercados abocanharam já uma “quota” na ordem dos 85% do total da comercialização desses bens para consumo directo. A partir de uma posição tão hegemónica e, de resto, inconstitucional, os hipermercados exercem uma “ditadura comercial”, promovendo as importações desnecessárias, esmagando em baixa os preços à produção e especulando com os consumidores.

Apesar de alguns avanços ainda recentes, mas tímidos e insuficientes, caso da PARCA e da legislação sobre práticas restritivas do comércio, a CNA reafirma ser um autêntico desígnio nacional a regulamentação legislativa das práticas comerciais monopolistas dos hipermercados e a competente fiscalização da respectiva aplicação prática, processos a desenvolver desde os Órgãos de Soberania, a começar pelo Governo.

Reafirma-se que a alternativa a este sistema de autêntica manipulação de preços que nos esmaga, reside na conquista de preços compensadores à produção e na conquista de um comércio mais próximo e mais justo para os bens agro-alimentares.

No imediato, a CNA reclama que o Governo, para lá de uma mais forte regulamentação e de uma intervenção musculada da Autoridade da Concorrência, penalizando abusos de posição dominante e de dependência económica, aposte nos circuitos curtos de comercialização, aproximando os consumidores dos agricultores e da pequena e média agro-indústria. A dinamização dos mercados locais e principalmente o abastecimento das cantinas e outros estabelecimentos públicos, são instrumentos fundamentais para a melhoria dos preços e escoamento da produção da agricultura familiar.

A alternativa também passa pela aplicação de políticas públicas que incentivem os agricultores a produzir, com prioridade para as Explorações Agrícolas Familiares, e, ainda, pela retoma das políticas públicas de regulação da produção e dos mercados.



2. Comércio Internacional e Tratados de Livre Comércio

A questão da liberalização do comércio internacional terá de ser um dos temas sobre o qual a CNA terá de reforçar a sua actuação nos próximos anos, pelo impacto negativo que esta representa ao nível da estabilidade e acesso aos mercados, da degradação dos preços nos produtores, da degradação das condições sociais, da privatização e degradação dos recursos naturais, da segurança alimentar e nutricional, da biodiversidade e soberania alimentar dos povos em geral.

Os desafios que temos pela frente nos próximos anos são muitos e num contexto político fortemente desfavorável. Apesar do fracasso da última Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Dezembro passado na Argentina, a União Europeia continua actualmente empenhada em negociar inúmeros acordos bilaterais com outros países e regiões do mundo. Caso do acordo com o Canadá --- bastante prejudicial à nossa agricultura.

Os Agricultores continuam, assim, a ser transformados em meros fornecedores de matéria-prima, ao mais baixo preço, para as multinacionais e outras grandes empresas que se impõem aos poderes públicos instituídos e os bens agro-alimentares transformados em meras mercadorias através de gigantescos circuitos comerciais especulativos.

Hoje quando os tratados comerciais começam a prever tribunais privados – ditos tribunais arbitrais - para proteger os investimentos das empresas transnacionais e julgar os Estados por eventuais perdas nos seus lucros, a aprovação de um tratado vinculativo nas Nações Unidas sobre Transnacionais e Direitos Humanos, actualmente em debate na Comissão de Direitos Humanos da ONU, reveste-se de grande importância no sentido de proteger as verdadeiras vítimas destes acordos comerciais.

A CNA continuará a reafirmar que a Agricultura e os alimentos deverão estar fora da OMC – Organização Mundial do Comércio e de todos os tratados bilaterais e multilaterais de livre comércio e que o espaço internacional de debate e análise das questões agrícolas e alimentares no contexto internacional deverá fazer-se no âmbito do Comité de Segurança Alimentar Mundial.



3. Política Agrícola Comum (PAC) - Actual e pós 2020

Ainda com os Agricultores a adaptarem-se à reforma da PAC de 2013 e sem conhecermos aprofundadamente os seus impactos, já vai longa a discussão sobre como esta política será após 2020. O que se tem visto e sentido na pele é que o rumo está traçado há muito, a liberalização total dos mercados está quase conseguida, sendo poucos os mecanismos de controlo que ainda restam. Os Estados estão limitados na sua soberania e os Governos pouco ou nada querem fazer. Quem manda é o todo poderoso mercado. Esta é a verdadeira orientação da PAC que tem funcionado como um autêntico rolo compressor de milhares de explorações portuguesas e europeias.

É por isso que, para a CNA, a discussão mais importante não é se devemos escolher este ou aquele cenário, mas sim que modelo de produção e de comercialização dos produtos Portugal e a União Europeia devem defender e apoiar. Para nós é claro que não é o modelo de produção capitalista e superintensivo que pode promover o desenvolvimento sustentável do mundo rural e do país, não são as megas explorações agrícolas e pecuárias que produzem os alimentos seguros e de qualidade, não são extensas áreas contínuas de monocultura intensiva que preservam os recursos e a biodiversidade, por mais esverdeamentos que possam arranjar.

Quem, de facto, produz de forma sustentável alimentos de qualidade, preserva o meio ambiente, dá vida às nossas aldeias, vilas e cidades do interior são as pequenas e médias explorações, é agricultura familiar. É este tipo de agricultura que deve ser apoiada e desenvolvida. A PAC pode e deve ser reformada, os modelos de produção e comercialização podem e devem ser alterados, os princípios da Soberania Alimentar dos povos podem e devem ser incorporados numa nova Política Agrícola Comum.

A avaliação que a CNA faz da reforma de 2013 é que esta falhou em toda a linha:

- Falhou na estabilização dos mercados sendo disso exemplos as graves crises do sector do leite ou dos suínos ou a nova crise à vista na viticultura;
- Falhou na melhoria dos rendimentos dos agricultores, principalmente nos pequenos e médios;
- Falhou no objectivo de uma agricultura mais amiga do ambiente - o esverdeamento só trouxe burocracia, os ganhos ambientais são escassos, já que o que se apoia é uma cada vez maior intensificação da produção, a que chamam de intensificação sustentável!!
- Falhou no objectivo de atribuir ajudas só a quem produz - o agricultor activo é uma farsa, que agora até vai deixar de ser obrigatório;
- Falhou na melhoria da distribuição das ajudas - os 20% dos agricultores que mais recebiam continuam a receber os 80% de todas as ajudas directas;
- Falhou na simplificação - aliás a complexidade faz já parte do sistema e constitui mais uma forma de excluir pequenos e médios agricultores.



A União Europeia e os Governos dos Estados Membros, incluindo o Português, têm agora uma grande oportunidade de corrigir estas falhas e de romper com a actual PAC.

Há muito trabalho a fazer quer no primeiro pilar quer no segundo.

No primeiro pilar será fundamental a reintrodução de medidas de controlo dos mercados que fomentem a produção em todos os Países e Regiões, a distribuição de valor ao longo da fileira tem de ser invertida, o quero posso e mando da grande distribuição tem de acabar, as ajudas devem ser moduladas e plafonadas e atribuídas só a quem produz, a elegibilidade das parcelas deve ter em conta as especificidades regionais e os critérios para atribuição das ajudas devem valorizar a mão-de-obra agrícola familiar.

No segundo pilar é indispensável garantir programas para investimentos dirigidos para a pequena e média agricultura, para assegurar a soberania alimentar dos países e para contribuir para um desenvolvimento regional equilibrado, abandonando a competitividade da agricultura como objectivo principal que tem sido a justificação para o apoio primordial às grandes explorações, a uma agricultura de escala e às culturas de exportação.

A CNA reclama que uma nova PAC deve, ainda, permitir:

- O apoio ao investimento nas explorações agrícolas e florestais, com taxas de comparticipação e regras adequadas aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais. O que deve ser valorizado é o rendimento do trabalho e não o capital investido.
- A valorização económica e manutenção dos nossos sistemas de produção tradicionais.
- A manutenção da actividade agrícola nas regiões desfavorecidas e em zonas ambientalmente sensíveis; os critérios socioeconómicos, devem voltar a contar para classificação destas zonas.
- Serviços de extensão rural de acompanhamento técnico e de transferência de competências, adequado ao nível de instrução dos nossos agricultores, uma vez que investigação e transferência de conhecimentos são aspectos fundamentais.
- A dinamização dos circuitos curtos de comercialização.
- O desenvolvimento de estruturas de concentração da oferta, adequadas à pequena e média produção, com o objectivo do abastecimento local.
- O rejuvenescimento da agricultura, apoiando a primeira instalação de jovens agricultores, e dando condições para que mantenham a sua actividade após os 5 anos obrigatórios.
- O apoio à floresta de uso múltiplo com aposta em espécies autóctones – aposta esta que só será viável com a melhoria dos rendimentos dos produtores florestais. O reconhecimento das especificidades dos sistemas produtivos e das condições



edafoclimáticas de cada país, nomeadamente, ao nível das elegibilidades das parcelas agrícolas e florestais.

- Permitir aos agricultores o uso e a troca das suas sementes. Não haverá directiva nenhuma que nos vá impedir de as usas.

4. Floresta

O sector Florestal é de enorme importância estratégica para a economia nacional. Nesta situação, conhecer de forma aprofundada que floresta temos é essencial para a definição de políticas a desenvolver no sector. É, por isso, que muito se estranha que ainda não tenha sido divulgada, pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR), a versão final do “Inventário Florestal Nacional 6”, cujos resultados preliminares foram apresentados no início de 2013. Reputa-se também como importante, a adequada revisão dos 21 “PROF-Planos Regionais de Ordenamento Florestal”, enquanto instrumentos oficiais, estruturantes, para a Floresta Nacional. E reclamamos que não continue “a passo de caracol” a feitura do “Cadastro Florestal Nacional”.

Embora formalmente em curso o “Pacote Florestal” desde Governo, mesmo revisto pela Assembleia da República, ainda não lançou raízes e afigura-se prenhe de grandes contradições práticas e demasiado vazia em recursos técnicos e financeiros públicos para a levar “a boa floresta”.

Na sequência dos incêndios de 2017 foi produzida, à pressa, múltipla legislação sobre Floresta e Incêndios, tendo como principais características apontarem para a tentativa de “municipalização” da política florestal e dos enormes problemas da Floresta e dos Incêndios e respectivos custos, bem como a responsabilização – e até espoliação - dos pequenos e médios Agricultores e Produtores Florestais em resultado dos mesmos problemas, com vista à desresponsabilização prática e institucional do Governo Central.

Ora, e tal como temos afirmado, esse não pode ser o caminho a seguir! E a CNA tem apresentado e vai continuar a apresentar propostas alternativas.

A CNA tem defendido e vai continuar a defender a promoção de práticas mais equilibradas, mais sustentáveis, de produção silvícola e o chamado “uso múltiplo” das Florestas com a produção de madeiras, mas também com a recolha organizada ou espontânea de lenhas e coberturas, com outras actividades associadas à Floresta como a pastorícia e a pecuária extensivas, aqui incluindo a apicultura. Para isso será necessário que, ao contrário daquilo que vem sendo feito com a prioridade dada à produção indiscriminada e superintensiva de eucalipto, se valorize os modos de produção agro-florestais não intensivos, não monoculturais e as espécies de árvores que lhes são mais adequadas. De salientar que os vastos territórios Baldios, e suas utilizações pelos Compartes, têm grandes potencialidades também neste contexto.

Urge “recasar em comunhão de bens e serviços”, a Agricultura Familiar com a Floresta de Uso Múltiplo ou Multifuncional.



O problema é que tem sido a grande Indústria ligada às florestas que tem comandado o essencial do que se vai fazendo (ou deixando de fazer) na floresta Nacional. Ao longo de décadas e com toda a cumplicidade dos sucessivos Governos (incluindo o actual embora este até disponha de condições político-institucionais para inverter a situação), a grande indústria florestal, com a indústria da celulose, os aglomerados, e corticeiras à cabeça, tem imposto o seu interesse estratégico que, simplificado, se pode traduzir por: “quanto mais madeira e/ou mais cortiça melhor, desde que seja o mais baixo preço possível na produção”. Os preços praticados na madeira na produção estão ao nível, e até mais baixos, que há 30 anos.

Estas práticas sistemáticas de baixos preços na produção têm imposto a desvalorização da correcta exploração florestal que perdeu interesse económico relevante para os pequenos e médios produtores florestais e outros proprietários rurais. Enquanto não se alterar esta situação, enquanto se esmagarem os rendimentos dos pequenos produtores florestais não há “gestão activa” da Floresta” que resista.

A par dos preços a CNA bater-se-á também pela revitalização de outras fileiras de produtos florestais como a resina e pelo apoio técnico e financeiro à detecção, prevenção e o combate às Pragas e Doenças da Floresta.

a. Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

O ano de 2017 foi um ano terrível em matéria de incêndios florestais, mais de 500 000 ha de área ardida entre 1 de Janeiro e 31 de Outubro, 115 Mortos e mais de 320 feridos, milhões de euros em prejuízos. Uma autêntica catástrofe humana, ambiental e económica que assolou Portugal.

A CNA volta a expressar a solidariedade activa às vítimas da tragédia e a todos os lesados dos incêndios do ano passado. E voltar a agradecer a todas e a todos aqueles que, de alguma forma, manifestaram a sua solidariedade.

Para a CNA esta tragédia veio demonstrar o quão erradas estão as políticas seguidas nos últimos anos na agricultura, floresta e desenvolvimento rural. Políticas que permitem o esmagamento dos preços à produção agrícola e florestal, que marginalizam os pequenos e médios agricultores, que fomentam a intensificação da produção e a opção por espécies florestais de crescimento rápido e que levaram ao encerramento de milhares explorações familiares, que seriam vitais para um ordenamento sustentável e viável do nosso território. Este rumo, aliado à ideia do “estado mínimo” que encerra serviços de proximidade das populações, que esvazia direcções regionais de agricultura e organismos do Estado como o ICNF, que corta nas verbas necessárias para a prevenção dos incêndios, que reduz ou elimina recursos humanos vitais para a vigilância das nossas florestas e para o combate aos incêndios, está na origem da tragédia que vivemos neste fatídico ano de 2017.

Ultimamente, tem sido em “sangria desatada” a produção legislativa com incidência na floresta e nos incêndios, do Conselho de Ministros à Assembleia da República, e a um ponto tal que já é indispensável criar mecanismos eficazes para acompanhar e fiscalizar a aplicação prática e os resultados dessa legislação. É um facto que muita dela merece é



ir directamente para o caixote do lixo de tão desadequada e até pernicioso, mas, ao mesmo tempo, a CNA e suas Filiadas mantêm toda uma justa linha de reclamações e propostas perante as Entidades Públicas, em particular junto do Governo. É necessário que, finalmente, avancem, sem mais demoras e burocracias paralisantes, as medidas já definidas e a definir para se reconstruir o presente e se alicerçar um futuro melhor desde logo para a Região Centro e suas gentes tão castigadas pelos Incêndios.

No contexto dos Incêndios Florestais / Rurais, a CNA reclama:

- Regulação do mercado das fileiras florestais, com políticas que melhorem os preços na produção.
- A reabertura, pelo Governo, de candidaturas de acesso ou correcção das ajudas para fazer face aos prejuízos dos Incêndios.
- A desburocratização e a aprovação e execução - urgentes - das várias candidaturas a outras medidas do PDR 2020 e de outros programas vocacionados.
- A criação de Ajudas por perda de rendimentos (até voltarem a produzir os agricultores têm de comer).
- A efectiva criação, pelo MAFDR, de Parques de Recepção e Comercialização da Madeira “salvada”: de forma a proporcionar, algum rendimento aos pequenos e médios Produtores Florestais; e de forma a contribuir para a limpeza dos terrenos percorridos pelos Fogos.
- A criação de Linhas de Crédito, bonificado e a longo prazo, para desendividamento e para investimento da Lavoura.
- Reforço dos Serviços Públicos a afectar à Floresta e à Protecção Civil.
- Apoio financeiro para a limpeza das propriedades dos pequenos produtores florestais.

A intensa campanha de quase desinformação levada a cabo nos últimos meses, tenta fazer passar a mensagem de que são os proprietários florestais, os culpados por estas tragédias que ciclicamente assolam o no nosso país. Nada mais errado, os pequenos e médios Agricultores e Produtores Florestais são vítimas dos incêndios e não são os culpados.

5. A propriedade e uso da terra dos pequenos e médios proprietários

A posse a acesso à terra é uma questão incontornável quando se fala de agricultura, floresta e pecuária. Entre 1999 e 2016 a área média das explorações aumentou 50%, passando de 9,3 ha para 14,1ha. Dados do INE apontam para que as explorações com mais de 50 hectares, que são apenas 4,2% do total das explorações, detêm mais de dois terços da terra, enquanto no lado oposto as pequenas explorações, que representam



71,5% do total, detêm apenas 9,1%. E mesmo assim ainda há quem diga que o problema da agricultura portuguesa está na pequena propriedade...

Chegamos de facto a esta situação fruto de políticas de desgraça levadas à prática no nosso País por diversos e sucessivos governos que obrigaram milhares de pequenos e médios agricultores a abandoarem a sua actividade. A aplicação da PAC está sem dúvida na raiz do problema, mas não se fica por aí.

No anterior Governo assistimos a vários mecanismos para além da PAC que tinham como objectivo promover ainda mais a concentração da terra, alguns disfarçados de bancos ou bolsas de terras. Situação que não se inverteu com o actual Governo, basta ter em conta a tentativa de culpabilização das “das terras sem dono” – seja lá o que isso for- pelos graves incêndios.

6. Principais Produções

a. Cereais

A área semeada de cereais tem diminuído de uma forma muito acentuada, nos últimos 30 anos a superfície ocupada com cereais caiu quase 70%, situação mais gravosa na cultura do trigo onde o decréscimo chega aos 90%. Mesmo com aumentos de produtividade que no milho são muito significativos, Portugal produz pouco mais de 20% dos cereais que necessita. Este é um subsector onde a influência da liberalização dos mercados mais se tem sentido. A enorme dependência do exterior para suprir as nossas necessidades é fruto dessa liberalização, e coloca Portugal numa situação de grande vulnerabilidade. Será difícil, num futuro imediato, que o País consiga ser auto-suficiente em todos os cereais, mas existe capacidade para produzir muito mais do que produzimos actualmente.

A CNA defende a definição de uma verdadeira estratégia para a produção cerealífera, que não inclua só os regadios de Primavera/Verão mas também as culturas de Outono/Inverno. Uma estratégia que promova o desenvolvimento e a produção de variedades adaptadas aos nossos climas e solos, que para além de contribuírem para a preservação do ambiente, são também geradoras de alimentos saudáveis de elevada qualidade. No arroz, a par da melhoria dos preços, a promoção do arroz carolino é peça fundamental para o futuro da produção.

A produção cerealífera é uma questão de Soberania Alimentar e Portugal deve proteger-se das importações desenfreadas e fomentar a sua produção. A Produção de cereais não será viável no nosso País enquanto os preços continuarem a ser ditados pelos especuladores nas bolsas de mercados de futuros.

b. Vinha

A superfície de vinha em Portugal tem vindo a decrescer. Na última década perderam-se mais de 40 mil hectares, sendo que só na transição da campanha 2013/14 para a campanha 2014/15 perdeu-se cerca de 20 mil hectares (um decréscimo de 9% na superfície de vinha). Esta diminuição afecta, sobretudo, as pequenas e médias explorações, este é um marco das grandes transformações que o sector tem vindo a



sofrer, por um lado temos um aumento dos rendimentos das grandes “quintas”, por outro temos o esmagamento dos pequenos e médios viticultores.

Esta realidade concreta pode ser observada na região do Douro, onde, com o desmantelamento da Casa do Douro perpetrado pelo anterior Governo, veio agravar-se ainda mais o fosso entre pequenos e grandes produtores. A CNA continua a reclamar que a Casa do Douro é dos viticultores durienses e a eles deve ser devolvida. Já é tempo do actual Governo fazer alguma coisa nesta matéria.

O VITIS, programa com grande impacto na reestruturação e reconversão das vinhas em Portugal, perdeu grande capacidade de intervenção na campanha em curso, dado que, a sua dotação orçamental passou de 80 milhões de euros (com o reforço) na campanha de 2017 para 25 milhões de euros na campanha 2018, incluindo a reposição das vinhas ardidas. Como reflexo desta diminuição de dotação prevê-se um rateio na ordem dos 50%, fora das zonas afectadas pelos incêndios.

O fim da regulamentação pública do sector, ditada pela UE, continua. Os direitos de plantação chamam-se agora autorizações e mesmo estas têm os dias contados. Milhares de pequenas e médias explorações vitícolas poderão ter destino idêntico às explorações leiteiras se não houver alteração de políticas.

c. Olival

O olival ocupa uma parte significativa do território continental, mais de 364mil ha, destinados na quase totalidade (97%) à produção de azeite, sendo a restante área afecta à produção de azeitona de mesa. A produção de azeite tem tido nos últimos anos um crescimento considerável prevendo-se atingir uma produção record na campanha de 2017/2018 de 120 mil ton. Este ganho de produção é fruto, sobretudo, do enorme investimento na plantação de novos olivais intensivos e superintensivos de regadio, que beneficiaram de substanciais ajudas públicas, canalizadas igualmente para a construção de novos lagares de azeite. Estes investimentos foram dirigidos principalmente para a região do Alentejo que absorve quase 90% da área ocupada pelo olival de regadio em Portugal (ainda que apenas 22% da área total ocupada pelo olival em Portugal seja de regadio). O país começa a ser de novo auto-suficiente em azeite e têm aumentado as exportações que representam hoje mais de 400milhões de euros.

Investimentos que assentam em três premissas que é necessário denunciar – A exploração intensiva dos solos, levando-os a médio prazo à exaustão; a exploração de mão de obra, designadamente imigrante, a um nível de quase escravidão; a destruição da paisagem e do património, em confronto com o direito das populações ao território.

São, de facto, ganhos consideráveis (produção, produtividade e valor) mas não justificam o contínuo desinvestimento no olival tradicional de sequeiro cuja situação se tem vindo a agravar, verificando-se o abandono progressivo de extensas áreas do nosso país sobretudo no Norte e Centro. Apesar da existência de algumas ajudas públicas dirigidas a esta tipologia de olivais no âmbito das Medidas Agroambientais (por exemplo), os custos de produção elevados, a fraca rentabilidade, os efeitos de sucessivos anos de seca e outras catástrofes naturais têm conduzido ao sucessivo



abandono dos olivais - cujas áreas não são reconvertidas para outras culturas mas deixadas ao abandono ou florestadas. É toda uma economia de fileira que se perde. Exige-se: “Plano integrado para a dinamização do olival tradicional”.

d. Pecuária

O subsector da pecuária tem passado por crises gravíssimas, com implicações brutais nas várias produções. Os preços da carne de porco bateram (não há muito tempo) mínimos históricos, as explorações de ruminantes foram das mais afectadas com a situação de seca. Os aumentos dos custos de produção e a diminuição das produtividades, desferiram um rude golpe num subsector já muito fragilizado.

A produção Leiteira não está melhor, com o fim das quotas de produção na Europa, os preços caíram a pique, levando milhares de pequenas e médias explorações à ruína e ao abandono da actividade, num quadro que pode significar, se nada for feito, a destruição total da produção leiteira no continente. A situação é de tal forma grave que se chegou à insustentável medida de serem as próprias cooperativas leiteiras a pagar para que os pequenos e médios produtores de leite deixem de produzir.

Para a CNA, salvar a produção leiteira deve ser um desígnio nacional e para isso será necessário retomar os regimes de controlo do mercado, o sistema de quotas de produção na UE tem de ser retomado.

A CNA defende ainda medidas efectivas de apoio aos produtores pecuários para a compensação dos prejuízos com a situação de seca que assolou o nosso país até Fevereiro deste ano.

A CNA rejeita ainda as alterações previstas no Sistema de Recolha de Cadáveres (SIRCA) que resultam num aumento de custos para os produtores pecuários.

e. Frutas e Hortícolas

São muitos e variados os problemas dos sectores das frutas e hortícolas: instabilidade dos mercados, desequilíbrios da cadeia alimentar, seca, falta de mão-de-obra, sanidade vegetal, aumento dos factores de produção, entre outras.

Apesar dos fortes investimentos, do aumento da produção em geral e do crescimento das exportações, o valor da produção nacional não tem acompanhado a tendência positiva em virtude da pressão sobre os preços exercida por distribuidores e comercializadores que, num quadro de abertura dos mercados, esmagam os preços ao produtor, ao mesmo tempo que multiplicam a sua margem de lucro especulando o preço de venda ao consumidor, como se tem observado em diversas produções e onde o caso mais flagrante é o da batata.

A verdade é que apesar de um reconhecimento da qualidade da produção nacional nesta área e que tem sido a alavanca das exportações, tal não se tem reflectido no



rendimento dos produtores que perante a degradação do mercado nacional ficam nas mãos das empresas exportadoras.

A CNA entende que são necessárias medidas de promoção do consumo de frutas e hortícolas de origem nacional, do acesso privilegiado aos mercados públicos por parte da produção nacional e a aposta em circuitos curtos por via da venda directa e dos mercados tradicionais.

Há ainda que promover uma revisão do quadro regulamentar das organizações de produtores (OP) de forma a adaptar a sua dimensão à realidade da agricultura familiar.

f. Outras culturas ou subsectores

No que tem sido e continuará a ser a actividade da CNA existem ainda outros subsectores da produção de grande relevância para a economia nacional. É o caso dos frutos secos, com particular destaque para a castanha (produção relevante para a agricultura familiar), o mel, os pequenos frutos, as aromáticas, os cogumelos e mesmo a floricultura. Algumas destas culturas têm sido a aposta de centenas de jovens agricultores que se desunham para manter a actividade após os 5 anos do projecto.

Os problemas são também variadíssimos desde as doenças e as dificuldades com o escoamento da produção até à concorrência feroz e desleal, como o caso dos apiários espanhóis em transumância por Portugal, ou a difícil sustentação dos custos energéticos da floricultura, e necessitam de uma resposta adequada e atempada por parte do Governo.

7. Baldios

Desde a devolução dos baldios às comunidades serranas que a CNA tem vindo a defender que os recursos endógenos dos baldios sejam integralmente explorados em prol do desenvolvimento local e que a floresta neles instalada seja preservada e defendida. O que significa que o Estado não pode olhar para ela apenas como uma fonte de matéria-prima para a indústria.

A floresta dos baldios é também o lugar onde vivemos. É a natureza que envolve as nossas aldeias. É ainda, apesar de todas as dificuldades, a fonte de alguns dos nossos parques rendimentos familiares e das próprias comunidades.

O Estado português tem o poder, os recursos e os meios, para com a participação de todo o povo das nossas aldeias e espaços rurais dar a resposta necessária. Há dinheiro para acudir a grandes interesses privados, para salvar bancos, tem de haver recursos e meios para responder ao património comunitário.

O Estado tem de respeitar a nossa propriedade comunitária, dentro da sua especificidade e autonomia na ordem constitucional e jurídica portuguesa, como respeita a propriedade privada.



Ao contrário da lei 72/2014 aprovada pelo anterior Governo, fruto da luta desenvolvida pela BALADI e CNA, temos hoje uma nova lei dos baldios a Lei 75/2017, aprovada pela actual maioria da A.R.

Os baldios constituem uma reserva estratégica de bens públicos e comunitários e tal como consagra a lei de bases da política florestal devem ter uma prioridade em matéria de investimento económico.

A CNA e as suas Filiadas vão continuar a lutar pelos usos e costumes escopo fundamental do comunitarismo tradicional, a lutar pelo reforço das competências das Assembleias de Compartes, a lutar pelo reconhecimento da propriedade comunitária como esteio de desenvolvimento de muitas comunidades locais.

8. Valorização da Mulher Agricultora

As mulheres têm um papel indispensável na manutenção de um mundo rural habitado e vivo. São elas que, frequentemente sós, têm que assegurar trabalho na exploração agrícola, cuidam dos filho/as e do lar, e acolhem ainda os mais idosos, pois seus companheiros e maridos são forçados a emigrar, uma vez que não conseguem retirar das suas explorações, o rendimento necessário e justo para uma vida digna.

É por isso imprescindível o estabelecimento de um regime próprio de contribuições para a agricultura familiar, que tenha em conta este seu contributo para que possam beneficiar de uma justa protecção social e que este seu trabalho seja reconhecido e passe a ser contabilizada para o cálculo da reforma, garantido por prestações sociais ajustadas aos rendimentos.

O interior e as zonas rurais foram as zonas mais afectadas pelos cortes nos serviços públicos, tendo as consequências dos mesmos recaído sobre sobretudo as mulheres, é por isso fundamental reverter essa situação, permitindo uma adequada cobertura de serviços de apoio à infância - creches e jardins de infância, bem como de assistência aos idosos e centros de saúde.

9. Seca

O ano que passou ficou marcado pela seca rigorosa que assolou o território, colocando o sector agrícola e os agricultores numa situação dramática. Com o início de 2018 igualmente seco e quente (56% seca severa e 40% seca moderada do, as repercussões agravam-se a cada dia: diminuição das áreas semeadas, prados, pastagens permanentes e forragens insuficientes ou a dificuldade em assegurar o abeberamento animal. Esta situação e as perspectivas climáticas acentuam (ainda mais) a difícil vida da Lavoura Nacional, com o aumento dos custos e diminuição da produção.

A CNA, na defesa de uma agricultura mais sustentável que respeite os recursos e promova a coesão territorial, considera que situações excepcionais exigem apoios igualmente excepcionais. São necessárias medidas concretas, através de políticas públicas de apoio às pequenas e médias explorações agrícolas para abastecimento de alimentação animal, para apoio ou reforço dos apoios para compensação dos aumentos



de custos energéticos (gasóleo agrícola e electricidade), na isenção (temporária) do pagamento de taxas hídricas, no reforço ao armazenamento de água e de reutilização de água tratada, por preços da água justos e adaptadas às pequenas e médias explorações.



A seca e as mudanças climáticas representam hoje um problema real e um desafio para o futuro, pelo que urge tomar consciência das transformações estruturais necessárias. É fundamental uma política respeitadora dos nossos recursos, que apoie as práticas tradicionais e adequadas ao território, apoie as sementes e as raças autóctones mais adaptadas, que garanta a melhoria dos preços à produção da Agricultura Familiar, pela Soberania Alimentar e pela dinamização do nosso Mundo Rural.

10. Concretização do Estatuto da Agricultura Familiar

O Congresso da CNA, em 2014, foi a maior iniciativa realizada em Portugal no quadro da iniciativa da ONU de declarar esse ano como Ano Internacional da Agricultura Familiar. Aí aprovamos a proposta da CNA do Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa.

Apesar da indiferença e mesmo rejeição dos restantes Grupos Parlamentares à iniciativa parlamentar do PCP em apresentar uma Resolução na AR, valorizando a Agricultura Familiar e a necessidade de a dotar de um Estatuto que a reconheça e promova, a CNA continuou a erguer esta bandeira.

Com firmeza enfrentamos os obstáculos e, finalmente em Fevereiro de 2017, em audiência com a CNA, o 1º Ministro decidiu criar um Grupo Interministerial para elaborar legislação que dê força de lei ao Estatuto da Agricultura Familiar.

Aprofundando o debate, promovemos em Junho de 2017 a Conferência Nacional sobre o Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa onde, perante numerosos agricultores e personalidades convidadas, o MAFDR reconheceu o papel impar da Agricultura Familiar na alimentação da população e na revitalização do mundo rural e a defesa da biodiversidade e a coesão territorial.

O Projecto de Decreto-Lei que o Governo pôs em auscultação pública em finais de Dezembro de 2017, não só não vem no sentido da Proposta da CNA, como a afronta. Se no preâmbulo faz uma avaliação positiva e considera necessário proteger e incentivar a Agricultura Familiar, o articulado contradi-lo e exclui a generalidade das explorações e dos agregados familiares que com o seu trabalho criam riqueza, alimentam as populações, ocupam o território, preservam as sementes e os modos de produção tradicionais. A proposta do Governo não reconhece o papel da mulher agricultora, muitas vezes a dirigente da exploração enquanto o homem, pelo baixo rendimento devido às políticas de sucessivos governos e da UE, é forçado a procurar sustento noutras actividades e a emigrar. O Governo ignora que, pelas mesmas políticas, a população rural tem uma elevada média etária, 48% tem mais de 65 anos e, quando devia gozar a sua reforma, tem que continuar a trabalhar.



Se não acolher as opiniões e propostas recebidas, e insistir na proposta apresentada, o Governo não está a reconhecer a Agricultura Familiar, mas a continuar um conjunto de políticas que visam o seu desaparecimento, continuando a favorecer as grandes empresas agrícolas e o agronegócio, em prejuízo dos agricultores, de uma alimentação saudável para as populações e o abastecimento das instituições públicas, da economia e da soberania alimentar de Portugal.

A CNA que foi pioneira com a sua proposta de Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, conta com cada vez mais apoios de diversos sectores e dos consumidores e, num crescente movimento pelo reconhecimento da sua importância, da necessidade duma alimentação de proximidade, com os nossos produtos, em defesa do nosso património e da nossa soberania alimentar, continuará uma acção militante e reivindicativa até à consagração dum Estatuto da Agricultura Familiar que satisfaça as necessidades e aspirações de quem com o seu trabalho alimenta as populações e promove a soberania alimentar.

11. Política de alianças da CNA e dos agricultores. Perspectiva de luta “Sempre com os Agricultores!”

As razões e os interesses que movem as várias Organizações Agro-Rurais não têm as mesmas causas e objectivos. Daí, as óbvias diferenças de posicionamentos que de facto existem entre as várias Organizações do Sector e que, aliás, se vêm mantendo ao longo de décadas.

No contexto do Movimento Associativo Agro-Rural Português, desde há muito que a CNA definiu como aliado natural e prioritário o Sector Cooperativo Agrícola, avaliação que se deve manter. Desde logo porque em muitas situações concretas, os Agricultores e sócios das Filiadas da CNA também são simultaneamente sócios das Cooperativas e Adegas Cooperativas.

Ao mesmo tempo, e para além das diferenças de natureza e princípios, mantém-se uma linha fracturante no Movimento Associativo Agrícola que passa entre os imensos privilégios públicos atribuídos aos grandes proprietários, à grande agro-indústria, ao grande agro-negócio e às respectivas estruturas associativas e orgânicas, e a discriminação oficial da Agricultura Familiar e das suas Organizações mais genuínas e representativas como a CNA e Filiadas.

Entretanto, da parte da CNA considera-se como importante o diálogo interassociativo para alargar a colaboração e a convergência nomeadamente face a situações e a objectivos concretos em que prevaleçam a defesa e a promoção dos direitos e interesses predominantemente dos pequenos e médios Agricultores e do Mundo Rural.

Neste exacto contexto, é necessário colaborar com quem mais conosco se queira juntar na caminhada até à justa consagração de um “Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa” – enquanto valorização prática e institucional da importância estratégica da Agricultura Familiar, na base das propostas que a CNA avança já desde 2014.



Tendo até em conta a difícil situação em que se encontram os nossos Agricultores e o Mundo Rural Português, importa também alargar o campo das alianças naturais dos Agricultores a outros sectores socioeconómicos e à população em geral. Neste domínio, questões relevantes como a defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, a luta por serviços públicos de qualidade em meio rural, a defesa da qualidade alimentar da população, são processos em que não só é necessário como é possível agir e convergir, juntos ou separadamente, com outros intervenientes interessados nesses processos.

A nível europeu, a CNA vai continuar a inserir a sua acção na Coordenadora Europeia Via Campesina, enquanto estrutura europeia autónoma e representativa, predominantemente, das Agricultoras e dos Agricultores Camponeses, por sua vez inserida na Via Campesina movimento que se organiza à escala quase global.

Na agenda, a luta por outra e melhor PAC, Política Agrícola Comum, e a luta “contra” a ameaça dos vários “acordos” ditos de “livre comércio”, são fortes motivações para se agir em convergência e da forma o mais vasta possível e a cada momento.

A CNA vai ainda continuar a promover os contactos bilaterais com outras Organizações de outros países ou regiões, nomeadamente as de Países de Língua Oficial Portuguesa desde logo para se dar combate mais amplo e flexível às situações mais gerais que simultaneamente comprometem os direitos e interesses dos Agricultores Portugueses e dos pequenos e médios Agricultores em geral.

40 Anos de Luta

Sempre com os Agricultores

No ano em que realizamos o nosso 8º Congresso, a CNA faz 40 anos de vida. Ao longo destas 4 décadas muitas foram as lutas que travámos, ganhámos e perdemos, sempre mas sempre com objectivos fulcrais à cabeça:

- a defesa dos pequenos e médios agricultores;
- a valorização da agricultura familiar;
- o desenvolvimento da nossa agricultura e do nosso País,

É isto que nos move.

Foram estas lutas e estes desígnios que nos trouxeram até aqui, que fizeram da CNA aquilo que ela é hoje, uma instituição reconhecida, uma organização que congrega dezenas de Federações e Associações de Agricultores, de Produtores florestais, de Compartes dos Baldios e Associações de Desenvolvimento Rural, que representa milhares de agricultores e agricultoras portuguesas.

Muitos foram os Ministros da Agricultura e os Governos que mandaram no nosso País. Para a grande maioria os pequenos e médios agricultores eram um “fardo”, Agricultura Familiar pertencia ao passado, e muitas foram as lutas travadas pela CNA pelas suas Filiadas pelos agricultores. Das pequenas acções concelhias junto às zonas agrárias, às



grandes concentrações de milhares de Agricultores em frente à Assembleia da República, todas elas contribuíram para, ainda assim, travar o fim anunciado da Agricultura Familiar. O anterior ciclo governativo foi disso um grande exemplo.

As opções políticas do anterior Governo caminharam sempre no mesmo sentido, o apoio incondicional a uma agricultura de grande dimensão. Diziam que não distinguiam agricultores, mas enquanto o diziam, abriam as portas do Ministério aos representantes do grande agro-negócio, passando a ser estes a definir o rumo da Política Agrícola em Portugal. Tal como o resto do povo Português os pequenos e médios agricultores, passaram por momentos de grande dificuldade. Os agricultores não se esquecem deste período e das lutas que travaram para lhe pôr fim.

Com a alteração da correlação de forças políticas na Assembleia da República que possibilitou a constituição de um novo Governo, alguns foram os avanços conseguidos: o aumento dos pagamentos do regime da pequena agricultura, a introdução de um pagamento redistributivo, a alteração da Lei dos Baldios, o desconto de três cêntimos no gasóleo agrícola para pequenos agricultores, a alteração da lei da rearborização. Mas falta ainda fazer muito.

O actual Governo não pode num dia dizer que vai defender os pequenos e médios agricultores e no dia seguinte fazer o seu contrário, não pode num dia reconhecer a importância da criação de um estatuto para agricultura familiar e no outro apresentar uma proposta que não se aplica a ninguém, não pode num dia dizer que agricultura familiar é importante para o desenvolvimento do mundo rural e no fundamental continuar apoiar um modelo de produção e comercialização de produtos agrícolas que elimina milhares de pequenos e médios agricultores todos os anos.

O desenvolvimento do mundo rural e do País depende de uma alteração profunda do rumo seguido nas últimas décadas, é por isso que se afirma, neste 8º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa, que caso a situação não melhore para os pequenos e médios agricultores, se os governantes não tiverem em conta as nossas propostas e reclamações, a CNA e Filiadas, sempre com os Agricultores, vão voltar à rua em acções de protesto e reclamação.

Viva a CNA e suas Filiadas!

Viva a Agricultura Familiar Portuguesa!

Viva Portugal!



